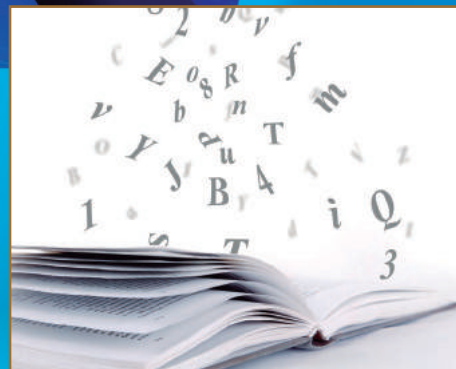


revista **Fenavist**

PUBLICAÇÃO DA FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES - ANO XI - N 19 - FEVEREIRO DE 2015

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO PARA O SETOR



Homenagens marcam festa de confraternização

Governo Federal quer mais responsabilidades em Segurança

Estatuto da Segurança Privada: trajetória e situação atual

Missão empresarial estuda a Segurança Privada Britânica

Segurança Privada e a Aposentadoria Especial



**DEM AÍ...
NOVEMBRO DE 2015**

***PRÊMIO
MÉRITO E BENEMÉRITO
DA SEGURANÇA PRIVADA***




Fenavist



Desafios e metas para 2015

Iniciar um ano com um Programa de Desenvolvimento da FENAVIST em curso e com Planos e Metas para o Setor de Segurança sendo desenhado junto com os líderes sindicais patronais de todo o país é um privilégio. Também é muito gratificante liderar esse processo e colaborar com a história e crescimento do segmento.

Iremos atuar em três áreas: a institucional, com o fortalecimento da Federação e sua marca; a de Negócios, facilitando e gerando oportunidades de redução de custos operacionais e aumento de margem de lucro para as empresas; e a Educacional, disponibilizando capacitação de excelência em gestão para dirigentes empresariais. Assim, iremos do macro para o micro ambiente, criando uma estrutura de crescimento sustentável para o setor, suas empresas e seus profissionais.

Precisamos ter o sentimento de coesão, de crescimento sustentável e coletivo. Em uma entidade representativa de um mercado tão competitivo como o nosso, é raro contar com pessoas tão focadas no bem comum como em nossa Federação. Desde já, solicito o empenho de todos os associados e da nova diretoria que aceitou o desafio de unir suas forças e buscar soluções para a nossa atividade. Atividade esta que ainda sofre com uma legislação trabalhista antiga, além de todos os outros problemas comuns ao empresariado brasileiro.

A nossa força vem da nossa representatividade, do alinhamento do nosso discurso, do ajuste dos nossos trabalhos. Somos um só segmento, que precisa ser democrático nos debates, lutar com orgulho pelas decisões tomadas. Assim seremos mais fortes. Só assim a sociedade começará a nos entender e a nos ouvir.

2015 é um ano de grandes desafios a serem superados, mas também será de grandes conquistas juntos.

Um grande abraço,

Jeferson Furlan Nazário
PRESIDENTE NACIONAL

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Jeferson Furlan Nazário

Vice-Presidente Nacional

João Eliezer Palhuca

Vice- Presidentes

Leonardo Vieira, Odair de Jesus Conceição, Frederico Muniz Junqueira de Almeida, Urubatan Estevam Romero, Elson Batista Ramos, Victor Saeta de Aguiar, Jefferson Marques de Quadros, Jacymar Delfinno Dalcamini, Ruben Schechter, Leonardo Ottoni Vieira, Danilo Medeiros Braulino, José Jacobson Neto, Alessandro Abrahão Netto de Jesus, Agostinho Rocha Gomes, Mario Giannini Baptista de Oliveira, Francisco Lopes, Ricardo Tadeu Corrêa, Dilmo Wanderley Berger, Eliete Carius Lins e Silva, Augusto Farias, Leonardo Cavalcanti Prudente, Luiz Alfonso Fregulia, Patrocínio Valverde de Moraes Neto, Aprigio Rello Júnior, Marcos Félix Loureiro, José Rossini de Araújo Braulino, Ari Luis Favero Dal Bem, Jerfferson Simões, José Elcino Rodrigues Bueno, Marco Aurélio Pinheiro Tarquínio, Silvio Renato Medeiros Pires, Alfredo Vieira Ibiapina Neto, Ricardo Kuerten Dutra, Ivaldo Vicente Naves, João Batista Diniz Junior, Irenaldo Pereira Lima, José Nivaldo Campos Vieira, José Adir Loiola, Flávio Sandrini Baptista, Domingos Alcântara Gomes, Mauro Freire de Carvalho Oliveira, Wanderley Aranha, José Luis Marques Rodrigues, Joseph Ribamar Madeira, José Caetano Rodrigues Horta, Salmen Kamal Ghazale, Avelino Lombardi, José Pacheco Ferreira, José Helder de Souza Andrade, Francisco de Assis Veras Fortes, Raimundo Nonato Caldeira da Silva, Frederico Carlos Crim Camara, Marcos Vinícius Castro Nascimento, Ricardo Roland Rocha, Aldair Neves Pinto Junior, Autair Iuga, Antônio Laete Cabral Filho, Ivan Hermano Filho, João José Andrade de Almeida, Francisco de Assis, Sidney Tinoco, Renato Fortuna Campos, André Luiz Costa Machado, José Evaldo Vieira, João Bosco Suzano Giantaglia, Waldemar Pellegrino Júnior, Paulo Cesar Baltazar Viana, Paulo Sérgio Macêdo, Marco Antônio Alegre da Costa, Carlos Gualter Gonçalves de Lucena, Amauri de Oliveira Soares, Adriano Macedo da Fonseca, William Benfica Silva, Edmilson Pereira de Assis, Antônio Vasco Pereira Filho, Leslie Castelo de Vasconcelos, Jonivaldo de Oliveira Moreira

Vice-Presidentes Regionais

Renê Rodrigues de Mendonça Filho, Francisco de Assis Bezerra da Fonseca, Lauro Santana Silva, Cesar Marques de Carvalho, Ângelo Roberto Jacomini, Nilva Aparecida Lopes Jacomini, Carlos Eduardo Escobal, Alberto Minazzoli, Paulo Renato Pacheco, Jerri Bertoni Macedo

Conselho Fiscal

Lélio Vieira Carneiro, Paulo Roberto da Cruz Azevedo, Sandro Maurício Smaniotto, Ivan Zanardo, Manoel dos Anjos Almeida, Vivaldi Pereira Rodrigues.

Delegados Representantes

Odair de Jesus Conceição, Lélio Vieira Carneiro, José Adir Loiola, Urubatan Estevam Romero

Conselho de Ex-Presidentes

Eunício Lopes de Oliveira, Lélio Vieira Carneiro, Cláudio Neves, Jerfferson Simões, Odair de Jesus Conceição

Edição e Textos

Rafaela Barbosa de Souza

Lilian Ferracini

Fotos

Ascom-Fenavist

Layout e Diagramação

Ferracini Comunicação e Serviços Ltda.

Impressão

Tiragem: 5.500

06	Homenagens marcam Festa de Confraternização
10	Fenavist lançará nova campanha contra a clandestinidade
11	Programa de Desenvolvimento: melhorias para a Segurança Privada
14	Fenavist e SESVESP unem-se em busca de bons resultados na Exposec 2015
15	Programa Debate Brasil (Rede TV) discute a Presença da Segurança Privada em Espaços Públicos
16	A necessária modernização da legislação da Segurança Privada
22	Missão Internacional ao Reino Unido
27	SINDESP-GOIÁS, mais que um sindicato, um grande parceiro de negócios
29	FENAVIST escolhe Porto Alegre como cenário de sua próxima reunião
30	CNC promove Seminário sobre o Projeto do Novo Código de Processo Civil
31	ABESE cria nova Câmara de Especificação e Certificação Tecnológica para mercado de segurança eletrônica
32	Segurança Bancária: fique por dentro!
34	I Workshop empresarial “Repactuação de preços entre a segurança privada e bancos federais”
35	Reajuste, repactuação e reequilíbrio econômico financeiro
39	Governo estuda mudar Constituição para assumir maior responsabilidade em segurança
42	Segurança Privada e a Aposentadoria Especial

Homenagens marcam Festa de Confraternização



O tradicional jantar de confraternização de final de ano da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) fechou as atividades de 2014 da entidade em grande estilo. A celebração aconteceu no dia 27 de novembro, no espaço Oásis 300, em Brasília. Entre os convidados, estavam presentes autoridades, ex-presidentes da entidade, presidentes dos sindicatos, diretores, representantes do Departamento de Polícia Federal, associados, que comemoraram lado a lado todas as conquistas e realizações alcançadas no ano que terminou. Para animar os presentes, a Banda Dois7Onze tocou a noite toda e levou todos para a pista de dança.

Durante o evento, houve homenagem a dois grandes empresários do setor, cuja história de vida está intimamente relacionada com a Federação, o Vice-Presidente para assuntos de Marketing e Eventos, José Adir Loiola e o Vice-Presidente para Assuntos de Segurança em Transportes, Francisco de Assis Veras Fortes. O presidente da entidade, Jeferson Furlan Nazário, falou sobre a importância e dedicação dos homenageados da noite. “A homenagem é destinada a personalidades que colaboraram para o crescimento e fortalecimento da Segurança Privada no Brasil.”

Ao final, o Presidente agradeceu todas as autoridades presentes, os empresários, diretores e colaboradores, bem como, os representantes do Departamento de Polícia Federal, que



Jeferson Furlan Nazário homenageando José Adir Loiola, Presidente da ABSESP



Jeferson Furlan Nazário ao entregar homenagem a Francisco de Assis Veras Fortes, Presidente do SINDESP-PI

somam esforços diários para o reconhecimento da atividade. “A festa deste ano é, em especial, muito importante para mim, pois assumi a Presidência da Fenavist, há poucos meses. E gostaria de enfatizar que a entidade é nossa. Nós estamos aqui para defender o interesse comum de todo o setor. Sabemos

que temos muitos desafios pela frente e, unidos, somos fortes o suficiente para alcançar as nossas metas. Será um novo ano de muitos desafios e acima de tudo, vamos trabalhar com garra, visando ainda mais o crescimento e fortalecimento da imagem do setor da Segurança Privada”.



Jefferson Furlan Nazário e Silvana Vieira Borges, Coordenadora Geral de Controle da Segurança Privada do DPF



Jefferson Furlan Nazário, Luciane Nazário, Verônica e Adelar Anderle



Jefferson Quadros, Jefferson Furlan Nazário, Leonardo Ottoni, Ivan Hermano Filho



Odair Conceição e Lélvio Vieira Carneiro



Francisco de Assis Veras Fortes, Urubatan Romero, Fábio Sales, Wanderley Aranha, Autair Iuga e José Adir Loiola



Aluísio Guedes Pinto, Ana Paula Queiroga, Edgar Segato Neto e Cristiane Oliveira



Carlos Escobal, Ivaldo Naves, Jeferson Nazário, Paulo Sérgio Macedo e Marcos Paiva.



Marco Aurélio Tarquínio, Jeferson Nazário, Franqueline Melo



Mário Baptista de Oliveira, Vagner Jorge e Cel. Francisco Lopes



Convidados de diversas partes do país sendo recepcionados por Ana Paula Queiroga



Fran Lisboa, Rafaela Barbosa, Luciana Lopes, Ana Paula Queiroga, Jeferson Nazário, Cledson Sobreira, Natália Oliveira, Soraya Santos, Sandra Angelino e Lilian Ferracini



Ivaldo Naves; Paulo Lacerda, Diretor da ABREVIS; Ricardo Kuerten Dutra, Dilmo Berger, Senador Dario Berger e Jeferson Furlan Nazário.



Deputado Rodrigo Minotto, Senador Dário Berger, Marcos Paiva, Deputado Giovani Cherini, Jeferson Nazário, Edgar Segato Neto, Ricardo Kuerten Dutra e Dilmo Berger.



Jerfferson Simões, Dra Celita Sousa, Jeferson Furlan Nazário, Odair Conceição e Dra. Lirian Cavalhero



Paulo Cruz, Autair Iuga, Cel. Francisco Lopes, Jaldo Mendes, Marco Aurélio, Fábio Sales e convidado.



Jerfferson Simões, Senador Dário Berger, Ricardo Dutra e Dilmo Berger



Renato Fortuna e Eduardo Figueira



Convidado, Orlando Maia e Manoel dos Anjos

Fenavist lançará nova **campanha contra a clandestinidade**



Em 2015, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) lançará uma nova Campanha Nacional para combater empresas clandestinas que atuam no mercado da Segurança Privada no Brasil.

A Campanha será lançada em todos os Estados Brasileiros, a fim de coibir a prática destas empresas que empregam trabalhadores em situação irregular. As empresas privadas de vigilância regulares são todas aquelas detentoras de autorização da Polícia Federal para operarem no ramo, conforme determinação legal (lei nº 7.102/83). É prerrogativa exclusiva das empresas de vigilância e segurança regulamentadas a execução dessa atividade, que somente poderão ser realizadas por profissionais com cursos de formação e reciclagem, conforme disposto na legislação regulamentadora da atividade (Portaria nº 387/2006/D.P.F.).

SEGURANÇA É ASSUNTO SÉRIO.

EXIJA EMPRESAS AUTORIZADAS.

DIGA NÃO A CLANDESTINIDADE.

Para maior garantia, o interessado em contratar os serviços especializados na área de segurança privada deverá consultar o Departamento de Polícia Federal, Delegacia de Polícia Federal (DELESP) da sua região e/ou o Sindicato das Empresas de Segurança Privada (SINDESP) do seu estado para conferir se a empresa selecionada possui autorização de funcionamento.

As empresas clandestinas contratam trabalhadores sem nenhum critério de recrutamento e seleção, não se preocupando em checar a origem do indivíduo, seus antecedentes criminais e sem exigir o Curso de Formação de Vigilantes e a Carteira Nacional de Vigilante (CNV), expedida pelo Ministério da Justiça. A Fenavist defende que o mais importante e o que merece ser preservado é a integridade física dos empregados e do patrimônio.

Para que você não seja a próxima vítima de ações provenientes dos serviços prestados por empresas clandestinas, não aceite propostas duvidosas e sem garantias, pois, segurança é assunto sério. Vamos acabar com a clandestinidade!

Programa de Desenvolvimento: melhorias para a Segurança Privada

Desde que assumiu a presidência da Fenavist, em junho do ano passado, Jeferson Furlan Nazário tem se dedicado ao plano de metas da nova gestão, com o objetivo de gerar benefícios concretos e mensuráveis para o setor, tanto institucionalmente quanto para as operações das empresas e profissionais da classe, assim como construir a autossuficiência financeira da entidade. Para isso, a Action Consultoria e Participações foi contratada a fim de desenhar um programa de desenvolvimento da entidade. Depois de uma profunda análise de todo o funcionamento da federação e do mercado, a consultoria propôs um Programa que, se aprovado



Jeferson Furlan Nazário, presidente da FENAVIST, em reunião com a Diretoria para definir as metas da entidade.



Associados de todo o país estiveram presentes à reunião realizada em novembro passado

integralmente, irá desenvolver três projetos independentes e complementares entre si: o Institucional, o de Negócios e o Educacional.

Definir indicadores de desempenho e metas para uma instituição são maneiras importantes de medir a sua performance. Estabelecer metas de desempenho coopera com a realização de mudanças estratégicas necessárias para o desenvolvimento de uma corporação. Metas são objetivos a serem alcançados e, deste modo devem ser delineadas e orientadas para o futuro. Além disso, é necessário fazer com que as pessoas envolvidas no processo, sintam-se engajadas e envolvidas diretamente.

Extremamente necessário, pois a Fenavist atua setorialmente tanto em questões públicas relacionadas às diversas áreas e níveis governamentais, como em ques-

tões internas que geram benefícios para o setor como um todo, o planejamento visa dar celeridade à solução de problemas críticos da segurança privada e prevenir circunstâncias danosas ao mercado, com a consonância dos sindicatos de todo o país.

Já aprovado em assembleia, o primeiro projeto – o Institucional – irá levar para a gestão da FENAVIST uma metodologia de gerência para administrar os projetos da entidade com total eficácia. “A introdução de metodologia científica levará a Fenavist a ter maior capacitação para enfrentar os desafios e alcançar resultados concretos em suas proposições, preservando as conquistas já alcançadas”, apontou Eduardo Figueira, Diretor da Action Consultoria. O aprimoramento das técnicas gerenciais da equipe permitirá que a entidade otimize seu potencial, sistematizando

As ações visam o aprimoramento institucional, empresarial e profissional do setor de vigilância

suas ações e evidenciando os resultados alcançados. A metodologia científica também permite o registro adequado das atividades desenvolvidas cotidianamente, dando condições de avaliar a produtividade e as oportunidades de melhoria de cada plano de ação.

O Projeto Fenavist Negócios objeti-



va analisar os itens de consumo mais frequentes e complexos das empresas como uniformes, acessórios, seguros, e outros para definir parâmetros de qualidade e adequação às normas legais dos diversos órgãos envolvidos (DPF, Ministério do Trabalho, etc).

Com o Projeto Educacional, espera-se oferecer aos dirigentes das empresas associadas cursos de excelência em gestão empresarial, gerando a oportunidade de disponibilizar o acesso a metodologias empregadas por corporações de alta competitividade.

“Toda a gestão, principalmente no tocante aos Negócios, é da Fenavist. Estamos criando o modelo das três vertentes do programa, mas tanto a gestão como a inteligência e responsabilidade está centrada na direção da entidade”, finaliza Figueira.

Action Consultoria

Fundada por Eduardo Figueira, a Action é estruturalmente conectada em forma de rede com outras empresas de consultoria que detêm competências específicas. A experiência profissional do consultor começa com atividades de Engenharia de Produtos e de Processos Industriais nas empresas CBV Indústria Mecânica, no Brasil, e AB Bofors e Ericsson Radar Electronics, na Suécia, passando por áreas de gestão comercial e de distribuição na Brahma e fazendo parte do grupo que desenvolveu um novo sistema de gestão para esta empresa, líder do setor de bebidas, tendo sua posição ainda mais consolidada após a formação da AmBev.



Associados manifestaram-se sobre o definição das metas e desafios



Um dos objetivos é levar a entidade a ter autossuficiência financeira, como bem lembrou o Diretor Financeiro Urubatan Romero

Fenavist e Sesvesp unem-se em busca de bons resultados na Exposec 2015



Estandes da FENAVIST e do SESVESP na Exposec 2014

Ao longo de suas 17 edições, a Exposec vem se transformando em uma importante ferramenta de crescimento para o setor da segurança. Uma das grandes iniciativas desta edição será o estande coletivo da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) junto com o Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (Sesvesp), em busca de bons resultados, parcerias e inovações para o crescimento do setor da segurança privada.

Neste ano, a Feira Internacional da Segurança Exposec, ocorre entre os dias 12 a 14 de maio, no Centro de Convenções dos Imigrantes, em São Paulo, onde dezenas de empresas irão

prospectar novos clientes e mercados. Para os presidentes das entidades que organizam o estande coletivo, a participação dos associados vai além de bons negócios, sendo uma oportunidade para conhecer as principais inovações que o mercado oferece, além de acompanhar em que ritmo caminham os negócios.

Feira aponta rumos

O Presidente da Fenavist, Jeferson Furlan Nazário, lembra que a Exposec funciona como um termômetro do setor. “É uma feira de ponta no mercado, uma referência na América Latina que apresenta novidades e dita o comportamento. O estande coletivo nos possibilita reunirmos em um único lugar, para mostrar o nosso diferencial. Além do trabalho individual

de cada empresário, também atuamos de forma conjunta, fornecendo soluções para os nossos clientes”, destaca o presidente. “Esta é uma feira que apresenta bons resultados para os nossos associados. Uma grande oportunidade para fortalecer os negócios. Os encontros com os empresários do setor gera uma troca de informações que se torna fundamental para mantermos a competitividade”, enfatiza.

A Exposec é realizada pela Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança- Abese e organizada pela Fiera Milano e Grupo Cipa. O cadastro para visitação, assim como mais informações sobre o evento, podem ser obtidas pelo site www.exposec.tmp.br

Programa Debate Brasil (Rede TV) discute a Presença da **Segurança Privada em Espaços Públicos**

O Presidente Jeferson Nazário foi um dos convidados a falar sobre o tema, representando o segmento

O Presidente da Fenavist, Jeferson Furlan Nazário, participou do programa Debate Brasil na Rede TV, no dia 20 de janeiro passado, para falar do crescimento do setor de segurança privada e a presença desses profissionais em espaços e eventos públicos. O debate teve a participação da socióloga Maria Stella Grossi, que é especialista em Segurança Pública.

O programa justificou seu interesse no tema, ao divulgar que as empresas de segurança privada se expandiram e hoje estão presentes em hospitais, shoppings, estádios, prédios de órgãos públicos e grandes eventos. Nos últimos dez anos, a quantidade de empresas do ramo mais que dobrou e ultrapassou as 2,5 mil em todo o país. O número de profissionais empregados não fica atrás: são 645 mil vigilantes legalizados, com curso de formação e aperfeiçoamento. Em 2013, o faturamento das empresas de segurança privada alcançou a cifra de R\$ 43,5 bilhões.



Jeferson Nazário e a Socióloga Maria Stella Grossi participaram do debate



O Presidente da FENAVIST explicando os benefícios trazidos à sociedade pela atuação da Segurança Privada

A necessária modernização da legislação da Segurança Privada

Qual a situação atual do Estatuto da Segurança Privada? Essa é uma pergunta comum no mercado, uma vez que o documento passou por inúmeros departamentos, comissões, e organismos federais. O documento que foi iniciado em 2008, por uma comissão multidisciplinar e coordenada pela Polícia Federal, foi exaustivamente discutido pelas diversas entidades representativas do mercado e correlatas e hoje encontra-se na Casa Civil, esperando ser enviado ao Congresso Nacional para votação.

No começo do ano passado, o Ministério da Justiça afirmava que estava prestes a finalizar a proposta de um novo Estatuto da Segurança Privada, para regular a atividade em bancos, shoppings e estádios, no transporte de valores e na escolta armada, incluindo a regulamentação da segurança eletrônica. A expectativa é que a nova legislação já estivesse em vigor quando a Copa do Mundo começasse. O Ministério da Justiça havia entrado na fase final de discussões com os setores envolvidos e pretendia encaminhar ao governo, em pouco tempo, uma minuta de projeto de lei sobre a segurança privada. O texto ainda passaria por debates internos e, depois, a Presidência da República en-



caminharia uma proposta final ao Congresso.

Uma das inovações esperadas é a regulação das empresas de sistemas eletrônicos de segurança – mais especificamente, o segmento responsável pelo monitoramento desses sistemas, como o acompanhamento de sinais de alarmes e imagens à distância, que hoje não está sujeito a nenhum tipo de fiscalização. O segmento, que reúne cerca de 18 mil empresas, também passaria a ser controlado pela Polícia Federal, como já ocorre com o setor de segurança privada em geral. Se não estiverem acompanhados do monitoramento de informações, a venda e instalação de equipamentos eletrônicos de segurança ficariam de fora.

Outra novidade prevista no estatuto é a criminalização da exploração de serviços de vigilância clandestina – o responsável seria o dono da empresa que atuar ilegalmente, e não o vigilante. O novo estatuto incluirá também requisitos mínimos de segurança para as instituições financeiras, como o número de trabalhadores exigido em cada agência bancária. Associações representativas de trabalhadores defendem



Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, em reunião com as entidades representativas da Segurança Privada



Mercado anseia pela aprovação de uma lei que compreenda a sua realidade atual. No entanto, vários projetos de lei tramitam no Congresso Nacional intitulados Estatuto da Segurança Privada. Processo requer acompanhamento detalhado dos envolvidos.



Diversas entidades representativas do mercado de segurança participaram dos debates e reuniões sobre o Estatuto. Na foto acima, a FENAVIST foi representada por Victor Saeta de Aguiar, Vice-Presidente para Assuntos Sociais.

a obrigatoriedade de equipamentos como portas de segurança com detector de metais.

Mas esse tão esperado Estatuto – debatido e construído a partir das contribuições de diversas entidades envolvidas com o mercado – ainda está parado. Em contrapartida, outras propostas foram apresentadas no sentido de modernizar a legislação de segurança privada. O mais recente, apresentado ao Plenário em 30 de outubro passado, é o Projeto de Lei 8052/2014 do Deputado Federal Laércio Oliveira (SD/SE) que “Institui o Estatuto da Segurança Privada, que dispõe sobre a atividade de segurança privada, e dá outras providências”. O projeto institui o Estatuto da Segurança Privada, para dispor sobre a atividade de segurança privada, armada ou desarmada, os prestadores e tomadores dos serviços e os profissionais que atuam nessa

área. Estabelece regras de segurança dos estabelecimentos financeiros e das cooperativas singulares de crédito e de autorização, controle, fiscalização das atividades de segurança privada, e as sanções correspondentes.

O PL foi encaminhado à Coordenação de Comissões Permanentes, em 6 de novembro, e depois à Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 4.238, de 2012, do Senado Federal, que “altera o art. 19 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para dispor sobre o piso nacional de salário dos empregados em empresas particulares que explorem serviços de vigilância e transporte de valores” (o piso varia de oitocentos reais, grau mínimo, a mil e cem reais, grau máximo), e apensados (PL 4238/12).

Assim, são várias as proposições que têm levado, atualmente, o nome de

Novo Estatuto da Segurança Privada. Acontece, por exemplo, com o já citado PL 4238/2012, do Senador Marcelo Crivella, cujo principal objetivo é alterar o valor do piso salarial nacional dos vigilantes, sem se aprofundar nas questões técnicas inerentes ao setor. O projeto já foi aprovado no Senado Federal e atualmente tramita na Câmara Federal. O texto inicial do Senador Crivella exigia que o Ministério do Trabalho realizasse reuniões anuais com representantes dos trabalhadores e empresários e definisse um piso nacional, porém na Comissão de Assuntos Econômicos algumas alterações foram realizadas e o projeto acabou estabelecendo valores e diferentes níveis salariais.

Por haver diversas propostas sobre segurança privada, atualmente estão apensados ao PL 4238/12, 110 outros projetos.

Relembre alguns dos principais momentos históricos no desenvolvimento de uma nova legislação para o setor:

17/06/2008

A Coordenação Geral de Controle da Segurança Privada da Polícia Federal, sob o comando do Dr. Adelar Anderle, realizou uma reunião com a maioria das entidades representativas da segurança privada no país para discutir a elaboração de um único Estatuto da Segurança Privada. Na época, 68 projetos sobre segurança privada tramitavam no Congresso Nacional e para evitar que existissem várias leis sobre o mesmo assunto, a ideia era reunir todas as necessidades e aspirações do setor em um único Estatuto, que seria ajustado ao Projeto de Lei 4.305/04 do Dep. Eduardo Valverde, cuja tramitação estava mais adiantada.

À reunião compareceram (cargos da época) Ministro da Justiça Tarso Genro; o Senador Romeu Tuma; os Deputados Federais Osmar Serraglio; Marcelo Itagiba; Eduardo Valverde; William Woo; Eunício Oliveira (representado); o Diretor Geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa; o Coordenador de Controle de Segurança Privada Adelar Anderle; João Sidney de Figueiredo, do Departamento de Meio Circulante do Banco Central; Major Daiuto, da Diretoria Fiscalização de Produtos Controlados do Exército Brasileiro; Jerfferson Simões, Presidente da Fenavist; João Palhuca, Vice-Presidente da Fenavist; Vagner Jorge, Vice-Presidente da Fenavist; Jeferson Nazário, Presidente do Sindesp-PR; Pedro Oscar Viotto, da Comissão de Segurança Bancária da Febra-



Segmento de segurança privada reunido para discutir seu futuro



O Diretor Geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, declara total apoio ao Dr. Adelar Anderle.



José Adir Loiola, Pres. do SESVESP; Marcos Paiva, Pres. da ABTV; Vagner Jorge, Vice-Pres. da FENAVIST; Jeferson Nazário, Pres. do Sindesp-PR; José Jacobson Neto, Pres. da ABREVIS; Jerfferson Simões, Pres. da FENAVIST; Dr. Adelar Anderle, Coordenador Geral de Controle da Seg. Privada da PF; e Ministro da Justiça Tarso Genro

ban; José Adir Loiola, Presidente do SESVESP; José Jacobson Neto, Presidente da ABREVIS; Marcos Paiva, Presidente da ABTV; José Boaventura, Presidente da CNTV - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Vigilância; José Tarcisio de Carvalho Neves, Presidente da ABCFAV e Vice-Presidente da ABSEG; Selma Migliori, Presidente da ABESE; Roberto Monteiro, Diretor de Comunicações da ABSO; Pedro Araújo, Presidente da FETRAVESP; Ronaldo Machado Pereira, advogado da FENATEC; Roberto Muniz, do IRB - Instituto de Resseguros do Brasil; Carlos Alberto da Costa, Presidente da ABRABLIN; Carlos Cordeiro, Presidente da CONTRAF e Carlos Neves, do Sindvalores.

Na ocasião, definiu-se que após ouvir os órgãos e as entidades, a Polícia Federal elaboraria uma primeira proposta. Todos teriam oportunidade para opinar sucessivas vezes até se chegar a uma proposta razoável a ser apresentada ao Congresso Nacional.

02 e 03 de setembro de 2008

Uma nova reunião foi realizada no sentido de consolidar as colaborações das diversas entidades relacionadas ao mercado de segurança privada. À reunião compareceram (cargos da época) João Sidney de Figueiredo, do Departamento de Meio Circulante do Banco Central; Major Daiuto, da Diretoria Fiscalização de Produtos Controlados do Exército Brasileiro; Jerfferson Simões, Vagner Jorge e Eraldo Reis, respectivamente Presidente, Vice-Presidente e Diretor da Fenavist;



Reunião com Dr. Adelar Anderle, então Coordenador-Geral de Segurança Privada, para discutir a proposta do Estatuto. Foto de 2008.



Reunião com Dr. Adelar Anderle, então Coordenador-Geral de Segurança Privada, para discutir a proposta do Estatuto. Foto de 2008.

Pedro Oscar Viotto, da Comissão de Segurança Bancária da Febraban; José Adir Loiola, Presidente do SESVESP; José Jacobson Neto, Presidente da ABREVIS; Marcos Paiva, Presidente da ABTV; José Boaventura, Presidente da CNTV - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Vigilância; José Tarcísio de Carvalho Neves, Presidente da ABCFAV e Vice-Presidente da ABSEG; Roberto Monteiro, Diretor de Comunicações da ABSO; Pedro Araújo, Presidente da FETRAVESP; Ronaldo Machado Pereira, advogado da FENATEC; Gutemberg, da FETECSP - Federação dos Bancários da CUT; Roberto Muniz, do IRB - Instituto de Resseguros do Brasil; Carlos Alberto da Costa, Presidente da ABRABLIN; Carlos Cordeiro, Presidente da CONTRAF e Carlos Neves, do Sindvalores, entre diversos outros.

16/08/2013

Após um ano do debate sobre o assunto, integrantes da CCASP (Comissão Consultiva de Assuntos de Segurança Privada) que reúne representantes do mercado de segurança privada, assim como trabalhadores bancários e vigilantes, reuniram-se com o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para discutir novas medidas de segurança com o objetivo de atualizar a Lei 7.102/83.

O Ministro José Eduardo se comprometeu a enviar o quanto antes para o Congresso a proposta do novo estatuto. Para isso, estipulou o prazo de uma semana para que as partes façam suas últimas considerações.



Audiência da Comissão Especial da Câmara dos Deputados para analisar a proposta de piso (Projeto de Lei 4238/12). Na mesa, Odaí Conceição, então Presidente da FENAVIST.

10/06/2014

Entidades representativas dos vigilantes de todo o País cobraram a retomada imediata das negociações sobre um piso salarial da categoria. O assunto foi debatido em audiência da comissão especial criada pela Câmara dos Deputados para analisar a proposta de piso (Projeto de Lei 4238/12).

Além da definição de um piso, representantes dessas entidades cobraram a discussão e aprovação do Estatuto da Segurança Privada, que atualmente encontra-se no Ministério da Justiça, em fase de avaliação. Os representantes também pediram mudanças na Lei 7.102/83, que regulamenta o funcionamento de empresas privadas que exploram o serviço de vigilância e transporte de valores.

O relator do PL 4238/12, deputado

Nelson Pellegrino (PT-BA), que solicitou a reunião, afirmou que a matéria deve ter ampla discussão, principalmente porque existem mais de 100 projetos de lei apensados à proposta de piso salarial dos vigilantes.

Nelson Pellegrino reconheceu a necessidade de atualização da Lei 7.102/83. Ele também informou que há consenso entre as empresas e os empregados de vigilância sobre a elaboração do Estatuto da Segurança Privada. “Esse é um processo que está no Ministério da Justiça, já em fase final”, disse.

O deputado Laércio Oliveira (SD-SE) afirmou que a maioria das demandas da categoria poderão ser solucionadas com a aprovação do estatuto, mas reforçou que outras medidas precisam ser adotadas para contemplar a segurança privada no País”.

Missão Internacional ao Reino Unido



18 empresários formaram a Delegação brasileira. Na foto, 16 dos participantes.

Considerada um grande modelo de segurança, a cidade de Londres, na Inglaterra (Reino Unido), foi o destino do grupo de empresários da segurança privada que participaram da missão internacional de 2014, em outubro passado.

Promovida pela Federação Nacional das Empresas de Segurança Privada e Transporte de Valores (Fenavist), a viagem teve como objetivo o intercâmbio de informações entre o empresariado brasileiro e londrino, assim como fortalecer a imagem da segurança brasileira no exterior.

Visitas Técnicas

O grupo de 18 pessoas desembarcou em Londres no dia 11 de outubro de 2014. Recepcionados pelo britânico Ed Bateman, os empresários conheceram toda a estrutura da Empresa de Segurança Autorizada (S.I.A.) responsável pela Segurança Privada do país. O objetivo da visita foi avaliar a regulação da atividade e suas responsabilidades, o engajamento com as empresas, parceiros e intervenções.

A SIA apresentou um selo da qualida-

**Visitas a instituições
estratégicas revelaram
os caminhos para a
atuação exitosa da
segurança privada
inglesa**

de que é aplicado nos uniformes dos vigilantes para indicar a regularidade da atuação do vigilante ou da empresa de segurança no Reino Unido.



Outra importante visita foi à Facewatch, uma empresa especializada em tecnologia e inovação na área de segurança, criadora de uma solução química utilizada pela Polícia da Inglaterra no combate a pequenos crimes em estabelecimentos comerciais. A Facewatch interage com o sistema de polícia auxiliando nos trabalhos, divulgando dados estatísticos de cada região, trazendo agilidade e fornecendo provas para investigação.

Segurança nas Olimpíadas

A Missão esteve também, na Associação Comercial do Reino Unido das Empresas de Segurança Aeroespacial e Defesa, acompanhado pelo assessor da polícia inglesa Mark Phillips.

Durante a visita, foi apresentado o engajamento do governo e das empresas de segurança durante os Jogos Olímpicos de Londres em 2012 e como foi



realizada a abordagem da segurança policial europeia.

Como estratégia antiterrorista, foi avaliado que o setor privado teve um papel fundamental na colaboração local, nacional e internacional, exigindo que governo e setor privado trabalhassem em estreita colaboração a fim de alinhar as oportunidades comerciais com as prioridades dos eventos.

Tendências Internacionais

Outro importante local visitado foi o Centro Olímpico de Londres, projetado para abrigar as principais instalações e a vila olímpica dos jogos de 2012. Durante a visita, foi feita uma exposição sobre toda estrutura de desenvolvimento da obra, sua projeção para oferecer maior segurança e atendimento para os participantes do evento. Atualmente, o centro é usado por escolas e para a população carente, além de sediar eventos aquáticos.

Na avaliação do Presidente da Fenavist, as visitas realizadas foram essenciais para todos os empresários que participaram da missão.

“Ficamos satisfeitos com o que nos foi apresentado. Para nós, brasileiros, é de extrema importância irmos até aqui buscar inovação, novas tecnologias, aprendizado com as experiências adquiridas por outros países para aplicarmos em nossas empresas. Londres é uma cidade que ‘respira’ segurança. Foi muito importante acompanharmos isso, para nos inspirar e fortalecer o setor de segurança privada no nosso país”.



Conferência da S.I.A.

O grupo também participou da Conferência da S.I.A. Seu principal objetivo foi oferecer troca de informações para a organização, dos riscos de segurança para o público e o aumento da interação entre as empresas. Durante a Conferência, foi apresentado o modelo de segurança privada de alguns países europeus.

Os empresários tiveram a oportunidade de observar que as principais preocupações com a segurança nos países europeus são referentes ao Terrorismo e os crimes cibernéticos. Para o presidente do Sindesp-GO, Leonardo Ottoni, “esta missão internacional proporcionou aos diretores oportunidades para compartilhar experiências e traçar novas perspectivas sobre os desafios da segurança em nível mundial.”

O grupo de empresários realizou visitas técnicas em outros importantes locais da capital britânica, entidades governamentais, instituições de apoio e empresas especializadas na área de segurança. Muitas oportunidades foram identificadas, principalmente no que se refere às experiências adquiridas com a segurança nas Olimpíadas de Londres, visto que, o Brasil sediará a próxima em 2016.





Sindesp Goiás

VISÃO

"Liderar a comunidade empresarial do setor de Segurança Privada, de Transporte de Valores, e de Cursos de Formação do Estado de Goiás, atuando com reconhecida influência no desenvolvimento do Estado."

MISSÃO

"Assegurar às empresas de Segurança Privada, de Transporte de Valores, e de Cursos de Formação do Estado de Goiás as melhores condições para gerarem resultados positivos e contribuir para o desenvolvimento da categoria representada".



SINDESP-GOIÁS, MAIS QUE UM SINDICATO, UM GRANDE PARCEIRO DE NEGÓCIOS

Com o expressivo aumento das atividades da categoria, surgiu a necessidade de uma entidade representativa, um sindicato forte e bem estruturado para assessorar no dia a dia das empresas de segurança de Goiás. Dessa necessidade, fundou-se o SEVITEGO em 1989, hoje SINDESP-GOIÁS - Sindicato das Empresas que congrega e representa a categoria econômica da Segurança Privada no Estado de Goiás.

Além de assessorar as empresas do setor, a entidade tem a finalidade de colaborar com o poder público, atuando de modo suplementar e de forma integrada no Sistema Nacional de Segurança. Por ser a sua missão precípua, as associadas oferecem segurança e proteção ao patrimônio e valores públi-

O SINDESP-Goiás está sempre trabalhando, através de sua diretoria, colaboradores e assessores, o aprimoramento de seus serviços, visando contribuir decisivamente para o desenvolvimento da categoria que representa. Por essas e outras razões é que a entidade construiu o maior dos patrimônios que todos os segmentos sonham e perseguem: a credibilidade.

cos ou privados e às pessoas que nele trabalham ou habitam, além de promover, ainda como missão legal, a segurança pessoal de dignitários e empresários, expostos a riscos de agressão ou sequestro, bem como transporta valores, bens e outros materiais de alto custo comercial, com a segurança que necessitam às organizações públicas ou privadas.

O setor de segurança e vigilância no Estado de Goiás é composto por 92 empresas autorizadas pelo Departamento de Polícia Federal através de Portaria específica, que empregam 17 mil vigilantes. Estas representam, ao mesmo tempo, uma força que atua no sentido da modernidade e uma



cabal demonstração das vantagens da especialização e da terceirização.

São empresas modernas, que acreditam na atualização dos equipamentos e processos de administração e gestão. E, coerentemente com esta postura, apostam também na prestação cuidadosa dos recursos humanos, vistos como mola mestra da excelência tecnológica, sendo este um segmento

importante no panorama empresarial do Estado de Goiás, tanto em termos econômicos como sociais. Os principais contratantes dos serviços desse mercado são corporativos e o Poder Público, segundo o Presidente do Sindicato, Leonardo Ottoni: “com a expansão do pólo industrial no Estado de Goiás podemos assegurar que esse é um dos segmentos que mais terceirizam segurança privada, seguido de órgãos do governo, bancos e comércio em geral”.

Para manter o crescimento do setor, o SINDESP-GO tem atuado, de forma contundente, contra qualquer prática de segurança clandestina no Estado. Em 2015, a entidade pretende criar um canal formal, específico e moderno para denúncias de empresas clandestinas; procurando apoiar as investigações da DELESP/DPF sobre as atividades irregulares.

Além disso, outra estratégia tem sido conscientizar o Poder Público dos males sociais e econômicos causados por empresas que aceitam contratos com preços inexequíveis. Complementarmente, o SINDESP-GO irá reforçar sua atuação junto ao Governo no sentido que seja aprovada uma nova legislação que melhore a contratação dos serviços de segurança privada por parte do Governo Estadual.

“Em 2014, trabalhamos em defesa das nossas representadas na busca de aprovações de legislações que regulamentam a categoria. Participamos de encontros nacionais e internacionais com foco de buscar melhorias/ novidades para o setor. Buscamos cada vez mais a integração entre a segurança pública e privada, realizando várias reuniões com estas autoridades. Sabemos que a segurança Privada em Goiás vem conquistando mais espaço, pois age de forma preventiva, contribuindo para a diminuição da criminalidade. Hoje, a maior parte dos governos enxergam a segurança privada como extensão da segurança pública. A maior conquista obtida foi esta integração, possibilitando a realização de projetos a serem implantados a partir de 2015, através de parcerias com a Polícia Rodoviária Federal e com a Secretária de Segurança Pública do Governo do Estado”, comenta Ottoni.

Para reforçar essas ações, em 2015, o sindicato desenvolverá os seguintes programas:

- Fortalecer o segmento de transporte de valores, dentro do Programa Estadual de Combate ao Roubo de Carga (Pro-Carga);
- Criar convênio para disponibilização de imagem das câmeras de empresas de segurança para a SSP-GO;
- Acompanhar a implementação de alteração do Procedimento Operacional Padrão da Polícia Militar, para evitar prisões

indevidas de agentes de segurança pessoal;

- Apoiar a Secretaria de Segurança Pública com estudos e sugestões que melhore a segurança aos carros fortes das empresas de transporte de valores;
- Aprovar o pedido de autorização e amparo aos carros fortes nas paradas para refeição, a serem realizadas nos postos policiais do Estado de Goiás e PRF, visando segurança e suporte a estes.

Um dos principais trabalhos do Sindicato tem sido conscientizar o Poder Público dos males sociais e econômicos causados por empresas que aceitam prestar serviços através de contratos com preços inexequíveis.

Aumentar sua representatividade é o objetivo do SINDESP-Goiás, pois assim conseguirá mais resultados positivos para todo o mercado. “O sindicato trabalha prioritariamente em função do associado e de suas abrigadas, na missão de assegurar as condições que gerem resultados positivos e contribuir para o desenvolvimento da categoria. Tendo este foco, empenha-se em satisfazer sua política de qualidade que é o de representar com excelência os interesses das empresas de segurança privada, contribuindo com a moralização e respeito da atividade, com ética, credibilidade e resposta rápida às necessidades de seus representados e da sociedade, prestando serviços com transparência e desenvolvendo juntos ações de responsabilidades sociais com crescimento sustentável”, garante o Presidente.

“O SINDESP-Goiás está sempre trabalhando, através de sua diretoria, colaboradores e assessores, o aprimoramento de seus serviços, visando contribuir decisivamente para o desenvolvimento da categoria que representa. Por essas e outras razões é que a entidade construiu o maior dos patrimônios que todos os segmentos sonham e perseguem: a credibilidade. Contribuindo para que tenhamos uma sociedade segura e protegida. Tendo em vista, a crescente situação em que a segurança privada, inclusive no ambiente virtual, tem sido vítima da violência, por questões ligadas a exposição pública e velocidade da disseminação de informações a atividade da oferta de segurança privada corporativa e particular é um mercado de crescimento ilimitado”.

FENAVIST escolhe Porto Alegre como cenário de sua próxima reunião

A cidade de Porto Alegre (RS) será a sede da 5ª Reunião da Diretoria e da 3ª Assembleia Geral Extraordinária da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores-Fenavist. O encontro está marcado para o dia 16 de abril e receberá empresários de vários estados brasileiros.

O evento objetiva apresentar e discutir as principais ações executadas pela entidade. Entre os assuntos abordados, estão os planejamentos e perspectivas para o setor da Segurança Privada, alinhando ações de gestão, consolidando projetos institucionais e fomentando parcerias.



Conheça Porto Alegre (RS)

Há muito para se ver e fazer em Porto Alegre, metrópole global e completa que não perdeu de vista a qualidade de vida. E há coisas imperdíveis para quem quiser conhecer o melhor da capital gaúcha, como o Histórico Mercado Público Central, movimentadíssimo espaço de compras e gastronomia, os 72 km da orla do Lago Guaíba e seu consagrado por do sol e o cardápio de diversidade oferecido pela noite porto-alegrense, capaz de atender variados gostos, do sofisticado ao mais irreverente.



As praças da cidade são um convite para passeios em meio a natureza, especialmente nos parques públicos: Parque Farroupilha, Marinha do Brasil e Parque Moinhos de Vento. Ou na orla do Guaíba, que se estende das praias da zona sul até a Usina do Gasômetro, no coração do centro histórico. O comércio amplo e variado funciona o

ano todo, oferecendo desde feiras de bairro até grandes shoppings centers. Importantes centros universitários e sedes de indústrias de porte são outro atrativo da cidade.

Nos verões muito quentes da capital, a

temperatura pode chegar aos 40 graus, quando lotam os bares que servem chope gelado e exibem gente bonita. Já no inverno rigoroso do sul, temperaturas baixas pedem os charmosos cafés da cidade, o aconchego de suas livrarias e espaços fechados.

CNC promove Seminário sobre o Projeto do Novo Código de Processo Civil

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), realizou, nos dias 24 e 25 de novembro, no Rio de Janeiro, o Seminário Sobre o Projeto do Novo Código de Processo Civil (CPC). A iniciativa reuniu, na entidade, advogados da CNC e assessores jurídicos de federações do comércio de todo o País, para debater e analisar os princípios e inovações previstos pelo projeto de lei nº 8.046/2010, além de promover debates sobre os temas levantados. Para os participantes, foi uma oportunidade de atualização sobre as futuras normas de Processo Civil que passarão a vigorar no Brasil.

A abertura do evento, no dia 24, contou com a presença do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, que abordou o tema Aspectos Gerais do Projeto do Novo Código de Processo Civil. Fux destacou que, durante os trabalhos da comissão de juristas, instituída pelo Senado Federal para elaborar o anteprojeto de um novo Código de Processo Civil, foram identificados três pontos críticos: o excesso de formalidade, a prodigalidade recursal e a litigiosidade desenfreada.

“Estes pontos geram demora nos processos, e o novo Código traz vários instrumentos que vão permitir a agilização da prestação jurisdicional, por meio de procedimentos simplificados, todos eles cercados de todas as garantias processuais”, disse Fux. “Para o segmento empresarial é importante que exista uma definição de seus litígios em prazo breve, para que as empresas possam gerenciar gastos, para que as teses sejam fixadas de maneira uniforme para todos os litigantes. O projeto contempla a uniformização de jurisprudência, a obrigatoriedade de o



O Senador Bernardo Cabral fala observado pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, e pelo Consultor Jurídico da CNC, Marcelo Barreto.

juízo de primeiro grau cumprir a jurisprudência, e isso tudo traz previsibilidade”, complementou o ministro, ao explicar as funcionalidades das novas ferramentas legais.

O relator da Assembleia Nacional Constituinte e Consultor da Presidência da CNC, Bernardo Cabral, destacou na abertura o avanço que o novo CPC pode representar para a justiça brasileira. “O projeto introduz novas normas e serve de aperfeiçoamento para a ordem jurídica”, afirmou Cabral.

Melhorias quanto à morosidade da Justiça

Marcelo Melo Barreto de Araújo, Consultor Jurídico da Confederação, avalia que o Seminário possibilitou um melhor entendimento por parte da classe empresarial sobre os impactos que o novo CPC trará para os negócios e vem contribuir para a melhora do cenário de queixas relacionadas à morosidade da Justiça brasileira. “O projeto introduz diversas normas que imprimem praticidade e modernidade ao processo, inclu-

sive com a vasta admissão de recursos tecnológicos, como videoconferência e outros”, aponta Marcelo.

Outro aspecto dos avanços que o novo Código pode gerar é a melhoria da prestação dos serviços realizados pela magistratura, abordada pela presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ), desembargadora Leila Mariano: “A simplificação do processo fará com que se possa entregar a jurisdição em um tempo perto do razoável, que é o que perseguimos”.

No dia 25 de novembro, os advogados Paulo Cezar Pinheiro Carneiro e Leonardo Greco abordaram, na parte da manhã, os temas Simplificação do Sistema de Recursos Judiciais e Sistema Probatório, além de outras inovações contidas no Projeto do novo Código. Na parte da tarde, os representantes das federações de comércio de todo o País apontaram temas processuais de interesse do comércio, que serviram de propostas para um grande painel de debates, coordenado pelo Consultor da CNC Marcelo Barreto.

ABESE cria nova Câmara de Especificação e Certificação Tecnológica para mercado de segurança eletrônica

A Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança (ABESE) amplia o seu trabalho com foco na regulamentação, representatividade, geração de negócios e capacitação dos negócios de segurança eletrônica no Brasil.

A mais recente iniciativa da entidade é a nova Câmara de Especificação e Certificação Tecnológica (CECTEC), ampliação da Câmara dos Integradores. Além dos integradores, a CECTEC passa a contar com fabricantes e distribuidores, sendo dividida em quatro subgrupos: Especificação, Comunicação, Legislação e Regulamentação, e Comissionamento. “O objetivo da CECTEC é contribuir ainda mais para a disseminação do conhecimento, profissionalização, proposições técnicas e estudos comparados com outras legislações e normas técnicas, além das limitações necessárias à regulamentação dos sistemas de segurança eletrônica”, comenta Alexandre Chaves, coordenador da Câmara.

Os trabalhos desenvolvidos são realizados por representantes voluntários de empresas associadas e as reuniões “são abertas a todos que desejam compartilhar conhecimentos e fazer a sua parte para o desenvolvimento desses temas necessário ao crescimento e fortalecimento do mercado de sistemas eletrônicos de segurança no país”, explica Chaves.

Empresas participantes: Tp Solution, Tyco Fire, Grupo Brako, Bosch, Tripo, Axis Communications, Teltronic, Digifort, Segware, Intelbrás, Indra, Awd, Telefônica, Avanti Tecnologia, Focus Mind, Informatica El Corte Inglés, Interseg, Hdl, BRinks, Delta Cable, Eyesnwhere, Siemens, Protege, ProdetechGroup e Vivotec.



Sobre a ABESE:

Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança – ABESE é uma entidade representativa das empresas de sistemas eletrônicos de segurança de âmbito nacional, sem fins lucrativos e tem como a finalidade de orientar, promover, apoiar e divulgar as atividades de seus associados, representando-os publicamente, defendendo seus direitos e interesses. Fundada em 1995 por um grupo de empresários brasileiros, a ABESE surgiu pela necessidade cada vez maior das empresas se organizarem dentro do segmento e hoje reúne cerca de 400 empresas de todas as regiões do País. Na entidade, os empresários do setor encontram iniciativas que promovem a capacitação profissional, a valorização da qualidade e a regulamentação oficial do segmento.

Segurança Bancária: fique por dentro!

Fenavist busca soluções para sanar os problemas com Instituições Bancárias

Após passar um grande período acompanhando todas as demandas do setor para assuntos bancários, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores - Fenavist, representada pelo Vice-Presidente para Assuntos da Segurança Bancária, Alfredo Vieira Ibiapina, realizou, ao longo do ano de 2014, encontros com fornecedores dos Bancos do Brasil e Caixa Econômica Federal, percorrendo várias regiões do país, com o intuito de avaliar as dificuldades que os mesmos possuem nas tratativas com os Bancos.

O objetivo desses encontros foi buscar informações das Empresas de Segurança Privada acerca das dificuldades e possíveis problemas de parceria no trabalho desenvolvido com as instituições bancárias e buscar, de forma abrangente, propostas que atendam ao setor.

Iniciado no mês de julho, o primeiro encontro foi com representantes da Região Sudeste, na cidade de São Paulo-SP. Durante o debate, os fornecedores da região Sudeste elencaram itens importantes que têm afetado as empresas.

No início de setembro, houve uma reunião com representantes da Região Sul, na cidade de Florianópolis-SC. Nessa oportunidade, pudemos identificar e complementar a lista de itens que têm sido comuns entre as empresas e ainda constatar outras demandas oriundas dos problemas enfrentados por essa região.

No mês de outubro, foi realizado o encontro com a região Nordeste, na cidade de Fortaleza-CE, oportunidade em que as propostas dos encontros anteriores foram apresentadas aos presentes e debatidas.

A iniciativa da Fenavist foi criar uma pauta de assuntos comuns, destacando todas as prioridades de cada região e formar uma pauta única para ser trabalhada com as Instituições Bancárias.

Principais Pontos Tratados

Durante todos os encontros, muitas dúvidas e muitos tópicos foram levantados, todos importantes, e que podem fortalecer a relação entre as empresas e as instituições bancárias.

Prazo para os pagamentos dos reajustes das Convenções Coletivas do

Trabalho-CCT:

A demora no pagamento dos reajustes das Convenções Coletivas do Trabalho-CCT está penalizando o fluxo de caixa das empresas. Assim, de acordo com as explicações dos representantes do setor bancário, eles possuem muitas dificuldades para atualizar as planilhas de custo recebidas, planilhas estas que contêm inúmeros erros que precisam ser corrigidos, o que demanda tempo, dificultando, assim, o cumprimento do cronograma.

Diante destas dificuldades, foi consenso a necessidade de a Federação realizar um workshop com objetivo de esclarecer a parte técnica do procedimento para o pedido dos reajustes.

Assaltos:

As empresas de segurança têm sofrido muito com a arbitrariedade dos bancos em descontar nas suas faturas valores de assaltos a agências bancárias, como se as empresas fossem seguradoras e não empresas de segurança. Após várias tentativas de entendimento quanto às cláusulas contratuais existentes, a Caixa Econômica Federal aceitou que a Fenavist apresentasse sugestão de cláusulas que deixassem claro as responsabilidades das empresas. Diante deste quadro, solicitamos ao jurídico da Federação que apresentasse um estudo sobre a legalidade destas cláusulas nos contratos das empresas.

Data de pagamento das faturas:

Outro assunto de extrema importância



levantado pelas empresas tem sido o atraso no pagamento de faturas, oriundas dos serviços prestados pelas empresas aos Bancos. Estes atrasos tem comprometido o fluxo financeiro das empresas. Os bancos se comprometeram a rever e melhorar estes prazos.

Na reunião promovida pela Fenavist com a Caixa Econômica Federal, foram abordados os seguintes assuntos:

Prazo para pagamento dos reajustes:

Segundo os representantes da Caixa Econômica Federal, um dos principais motivos do atraso é a maneira desordenada com que as empresas pedem o reajuste, mostrando desconhecimento do que deve ser pedido. Importante diferenciar os seguintes conceitos: reajuste, repactuação e pedido de reequilíbrio do contrato. Diante desta colocação, nasceu a ideia do workshop para discussão destes assuntos entre as Empresas e os Bancos.

Retenção:

As empresas que trabalham com a Caixa têm reclamado da falta de critério para devolução das retenções. A Fena-



Reunião na Caixa Econômica Federal

vist entregou à Caixa uma proposta de critério para a referida devolução, que será devidamente analisada pelo Banco.

Modelo de edital:

Foi solicitada à Caixa Econômica Federal pela Fenavist a possibilidade de apresentar sugestões para melhorar o edital de licitação, o que foi aceito e a Federação entregará as devidas propostas.

Considerando-se a necessidade de ajustar itens que têm afetado o setor de forma prejudicial, a Fenavist realizará reuniões periódicas que irão tratar desses importantes assuntos levantados pelos fornecedores, a fim de abrir caminhos para a discussão e construção de novos modelos mais eficazes no relacionamento das empresas e instituições bancárias.

FENAVIST em busca de resultados

Reunião com o Banco Bradesco:

Outra reunião foi realizada com o Banco Bradesco, cuja pauta abordou a velocidade para o pagamento dos reajustes das Convenções Coletivas de Trabalho de 2015. Pedro Oscar Viotto, Superintendente Executivo do banco, informou que a intenção é sempre pagar o mais rápido possível e aproveitou a oportunidade para solicitar que, nas negociações da CCT 2015, "os empresários tivessem a consciência de que os bancos não suportam mais os índices apresentados nos últimos três anos, pedindo que houvesse bom senso na hora da negociação".

Reunião com o Banco ITAU:

Também com a velocidade do pagamento dos reajustes como tema central, a reunião com o Superintendente de Segurança de Agências, Waldemar dos Santos, e o Gerente de



Reunião no Banco Bradesco

Suprimentos, Marcelo Laquimia, foi positiva. O Banco se comprometeu a agilizá-los. Concomitantemente, foi solicitado à Federação que enviasse as CCT 2015 de cada estado o quanto antes para que pudessem dar celeridade à análise do processo.

I WORKSHOP EMPRESARIAL “Repactuação de preços entre a Segurança privada e bancos federais”

Evento foi realizado pela FENAVIST, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal



No dia 27 de janeiro aconteceu o 1º Workshop Empresarial da Fenavist “Questões envolvendo a repactuação de preços entre as Empresas de Segurança, Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal”.

O Workshop contou com a participação de especialistas no assunto e teve o objetivo de apresentar critérios que devem ser observados nos pedidos dos reajustes e reequilíbrio do contrato.



REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO



Vilson Trevisan

Consultor Econômico

São titulações diferenciadas, mas com um único sentido, atualização financeira e estabilidade dos contratos e todas buscando a preservação do Lucro. Lei 8.666 Artigo 40 – inciso XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

As alterações dos valores dos contratos são reguladas formalmente pelas condições abaixo.

Alguns agentes públicos ignoram a recomposição por índice e determinam a sua atualização anual, após 12 meses com a comprovação documental, o que leva ao desespero tanto a quem analisa o processo como a quem aguarda a expectativa resultante. Outros apenas ignoram totalmente a aplicação da repactuação.

Repactuação ocorre em função das modificações dos valores correspondentes à data base do orçamento que as propostas se referiram Salários e benefícios convencionados. No entanto os insumos para terem seus valores atualizados, somente com a comprovação dos seus valores.

Reajuste se dá quando os valores circunstanciados do regime de contrato contidos nas propostas, sofrem alterações durante os períodos de execução do contrato. Esta nomenclatura e o formato nasceram após a estabilização da economia, em que os preços dos contratos com peso menor na composição da proposta, podem ter seus novos valores reconhecidos após aplicação do

índices previstos em contrato. Em face ao comportamento atual da economia podem se adotar índices setoriais ou específicos para a reajuste destes tipos de contrato.

Reequilíbrio econômico financeiro nasce de uma condição extraordinária ocorrida em determinado momento, mas que impacta economicamente no contrato.

São fatos diferenciados cujas denominações também o são, mas todos buscam apenas um objetivo que é a manutenção do equilíbrio econômico financeiro nos contratos com a Administração. O contrato deve ser compreendido de maneira dinâmica, de forma

que as alterações sociais e econômicas da avença devem ensejar a sua renegociação, como forma de primar pelo bem da relação negocial e pela boa-fé dos contratantes.

Marcílio da Silva Ferreira Filho

Nos contratos com terceiros, o Estado deve preservar o interesse público acima do particular, neste sentido se garante de forma intensiva com instrumentos a seu favor. Inclusive nos critérios e nas datas previamente estabelecidas para os reajustes. Estes instrumentos devem objetivar o interesse das empresas que se propõem a prestar os serviços, com a existência de garantias que lhes assegurem os seus direitos.

Entre eles a estabilidade e o lucro. Em serviços terceirizados de forma contínua a estabilidade se mostra evidente quando mantida a estrutura financeira para com os terceiros (trabalhadores). No modelo contratual a preponderância

na composição dos custos é definida pela remuneração destes, somados aos Encargos Sociais, Previdenciários e direitos trabalhistas. Os valores se tornando consistentes garantem a legalidade integral destas obrigações. Como todos estes são definidos por normas legais, não podem ser jamais desconsiderados pelos seus princípios.

Como as contratações dos serviços vão se distribuindo durante o ano físico, seus custos se apoiam em grande parte sobre as convenções em vigor. Na carona entram também alguns itens de benefícios sociais abrangidos. A data base das categorias, que são fixadas por determinado período baseiam estas contratações que ocorrem durante o ano e têm sua base sobre o conteúdo financeiro destas convenções e nas datas nelas estabelecidas.

No caso quando se modificarem o conteúdo financeiro que sustentou a base

da proposta, independentemente da data da contratação, a proposição econômica inicial se torna defasada caso não absorva os impactos pela nova ordem consolidada. É imperativa a atualização destes itens, caso contrário a estabilidade do contrato é ferida de morte. A estabilidade econômica somente é alcançada pelo recebimento integral dos créditos previsto pela CF no artigo 37, XXI. O lucro neste instante quanto a estes itens será plenamente satisfeito pelas consequências em manter a sua proporcionalidade, o efeito do equilíbrio contratual é ganho tanto do particular como da Administração, ao particular pela sintonia econômica equilibrada, para a Administração pela efetiva realização do objeto contratado, sem maiores suspenses, sempre lembrando que os atores principais para a realização dos serviços também devem ter suas garantias preservadas.

A adoção de índice único para o contrato não pode prosperar em sua eficá-



cia, pois as convenções coletivas são as únicas a respaldar com legitimidade a remuneração e demais benefícios legais devidos aos terceiros. Não há como manter equilíbrio do contrato sem satisfazer economicamente as cláusulas convencionadas, sem esquecer o ordenamento “in vigilando” que é uma das premissas da Súmula 331/TST. Parece-me incômodo o gestor público cobrar e conferir os direitos trabalhistas em sua essência quando o contrato não os respalda integralmente.

Existe outra parcela de custos na formação dos preços dos serviços que hoje é colocada à parte, que são os insumos diversos, entre eles o vale transporte. Como as margens nestas atividades são muito estreitas e o reconhecimento das variações financeiras destes itens sendo adiadas, o lucro, que é o objeto principal deixa de guardar a sua proporcionalidade inicial. Esta parcela pode e deve ser dimensionada, em nossa opinião, no mesmo instante da revisão ocorrida pela data base. A indicação de um índice específico para recomposição necessária que pode ser determinado “pró rata tempore” no primeiro reajuste.

Esta observação elimina que o contrato tenha início em novembro, e a data base organiza os valores da convenção em março e novamente em novembro do ano seguinte a recomposição pelo índice previsto, para atender o dispositivo de repactuação. Hoje com o processo inflacionário presente atingindo índices superiores a 6%, já se faz necessário abandonar a filosofia da repactuação,

adotando-se outra forma de manter o equilíbrio contratual.

Alguns agentes públicos ignoram a recomposição por índice e determinam a sua atualização anual, após 12 meses com a comprovação documental, o que leva ao desespero tanto a quem analisa o processo como a quem aguarda a expectativa resultante. Outros apenas ignoram totalmente a aplicação da repactuação.

Esta postura tem trazido ao mercado atrasos e muitas vezes frustrando por falta de qualquer formalização. O único elemento que pode ser comprovado o seu novo valor por ser de domínio público é o vale transporte, os demais todos podem ser questionados ou rejeitados. Exemplificando a visita obrigatória do supervisor ao contrato, o custo desta visita envolve pelo menos 200 itens para a sua formação. A comprovação destes consome tempo intensivo, com gastos na comprovação documental inimagináveis, e o resultado final insignificante. Adoção aos contratos de índices que são retratos fieis das alterações costumeiras na economia podem condensar tempo e otimizar a reação econômica do processo. Pois a representatividade na composição dos preços não chega a representar 15% do valor global dos serviços. A discussão sobre tais valores não chega a 1%.

Com a dinâmica da jurisprudência sobre a legislação trabalhista, das legislações ordinárias e mudanças no comportamento tributário, os efeitos financeiros destas alterações impac-

tam nos contratos de forma incisiva e também fazem parte do rol de reajustamento podendo o mesmo, em alguns casos se tornarem com efeitos retroativos. Citando os casos da Lei 12.506, onde o aviso prévio é acrescido de três (3) dias a cada período de 12 meses de permanência no emprego. A Súmula/TST 444, também onerou retroativamente com sua interpretação os contratos onde a escala trabalhada era doze horas por trinta e seis horas, reconhecendo nela como devido os feriados quando trabalhados. Estes realmente são fatos extraordinários que necessitam intervenção individual e fundamentada. O questionamento fica por conta da jurisprudência trabalhista que tem interpretações sobre julgamentos questionáveis e não têm força de Lei.

Em todos os nossos comentários estamos traçando um olhar sobre o prisma da necessária defesa do lucro, mantendo a mesma proporcionalidade estabelecida na proposta inicial. Os relatos e fatos acima têm o respaldo da sólida e necessária transparência, através das convenções coletivas que norteiam as negociações entre os agentes de execução contratual, as empresas como interpostas e os trabalhadores que realizarão os objetivos contratados. Complementando, os insumos utilizados no processo para a obtenção dos serviços, os quais têm variação pelo mercado, mas que em face ao processo de recuperação financeira sofrem alterações sempre no sentido crescente. Para tanto nossas observações se limitam a estes fatos.



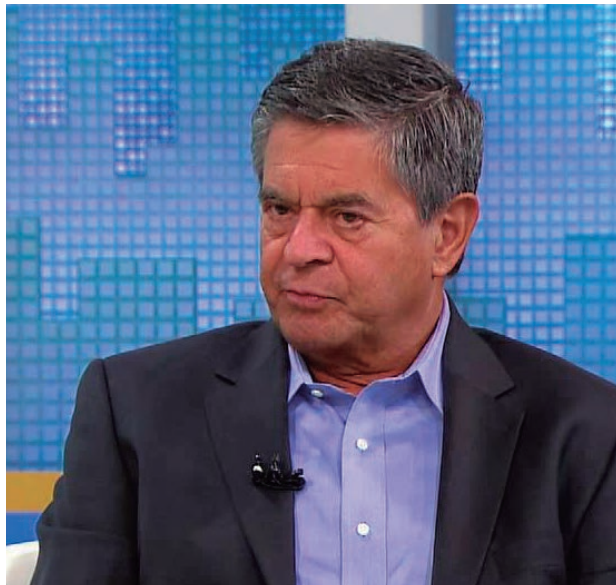
***FIQUE POR DENTRO
DAS NOVIDADES DA
SEGURANÇA PRIVADA.***



***Acesse nossa página no Facebook
<https://www.facebook.com/pages/Fenavist/493302744063015>***



Governo estuda mudar Constituição para assumir maior responsabilidade em segurança



Entrevista com JOSÉ VICENTE DA SILVA FILHO, coronel da reserva da PM, mestre em psicologia social pela USP, ex-secretário nacional de Segurança Pública, professor do Centro de Altos Estudos de Segurança da PM

A presidente Dilma Rousseff afirmou que vai mudar a Constituição Federal para permitir que o governo federal assuma mais responsabilidade na melhoria da segurança pública. O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, anunciou, no dia 7 de janeiro passado, a criação de uma estrutura integrada de segurança pública entre os Estados do Sudeste e a realização de uma operação policial para combate ao crime organizado. As ações se somam à iniciativa do governo federal de mudar a Constituição para incluir a União como responsável por também atuar na segurança dos Estados. Uma proposta está em discussão no governo e, segundo o ministro, deve ser enviada ao Congresso no início da próxima legislatura, em fevereiro.

O ministro se reuniu com os governadores de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo antes de fazer o anúncio. Ele afirmou ainda que quer ter, até o fim do primeiro semestre deste ano, todas as regiões do país integradas neste centro de segurança pública.

Cardozo, porém, não detalhou prazos nem detalhes do funcionamento. Segundo ele, será encaminhada aos secretários de segurança uma sugestão de como funcionaria a estrutura de segurança permanente. “Segue o modelo da Copa do Mundo. Tínhamos um comando integrado entre Ministério da Justiça, Ministério da Defesa e Casa Civil e nós replicávamos isso no âmbito estadual com os centros integrados, em que nós tínhamos coordenação das secretarias de segurança, superintendentes da Polícia Federal e comandantes das Forças Armadas”, explicou o ministro. Sobre a mudança nas atribuições constitucionais, ele afirma que o objetivo é “dotar a União de maior capacidade normativa e de maior possibilidade operacional de atuação [nos Estados]”.

Operação e diretrizes

O Ministério da Justiça anunciou também a elaboração de um projeto de Emenda Constitucional para ampliar a participação da União nas ações de Segurança Pública nos estados. Seja na elaboração de princípios e diretrizes de segurança, seja em ações operacionais de integração.

Cardozo, disse que acha errado que o Ministério da Justiça “seja mero repassador de recursos para os estados em segurança pública”. Para ele, o papel da pasta é “insuficiente”. “O ministério não é um banco, um agente financiador. Ele tem que ser um indutor de boas práticas, ter um protagonismo na área de Segurança Pública”, frisou Cardozo. Segundo ele, o texto está sendo elaborado pelo ministério, e em seguida será discutido com outros órgãos de governo para enviar ao Congresso Nacional nos primeiros dias de trabalho dos parlamentares, em fevereiro.

Para comentar o assunto, a Revista FENAVIST entrevistou JOSÉ VICENTE DA SILVA FILHO, coronel da reserva da PM, mestre em psicologia social pela USP, ex-secretário nacional de Segurança Pública, professor do Centro de Altos Estudos de Segurança da PM. Acompanhe:

Revista FENAVIST – Coronel, é realmente necessário mudar a Constituição, ampliando a participação do Governo Federal para melhorar a Segurança Pública no Brasil?

José Vicente da Silva - Cabe aos governos promover uma segurança decente. Nos mais de 60 mil homicídios anuais, 52% das vítimas são jovens com menos de 29 anos e, desses, mais de 70% são negros, um dos maiores programas de exclusão social do planeta. Aliás, essa olímpica despreocupação pode ser observada no discurso de posse da presidente Dilma que contemplou a segurança pública com 32 burocráticas linhas, dizendo que vai “redobrar nossos esforços para mudar o quadro da segurança pública em nosso país” e que fará isso instalando Centros de Comando e Controle em todas as capitais, além das 12 envolvidas na Copa, encaminhar ao Congresso projeto de alteração constitucional para aumentar a responsabilidade da União na segurança pública, além de anunciar ações como vigilância de fronteiras e ações integradas das polícias estaduais com as federais. A emenda constitucional mais útil seria a proibição de contingenciar recursos destinados à segurança pública. O Fundo Penitenciário Nacional destinado a construir, reformar e apoiar serviços penitenciários, com sucessivos contingenciamentos acumula mais de R\$ 2 bilhões à custa do sofrimento e da desordem do sistema prisional. Com as medidas restritivas da nova gestão econômica, o orçamento do Ministério da Justiça será encolhido em R\$ 864 milhões, o que vai afetar significativamente os programas vinculados à segurança. Seria ingênua tolíce gastar em dispendiosíssimas instalações de “comando e controle” em mais 15 capitais,

sem os resultados prometidos, quando bastariam melhorar os processos de integração das polícias em qualquer instalação, apenas fazendo ajustes como os sistemas de telecomunicação, bancos de dados, planejamento e instrumentos de gestão como a cobrança de metas.

Revista FENAVIST – Na sua análise, essa integração será realmente eficaz contra o crime e a sensação de “insegurança”?

José Vicente da Silva - O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, já precipitou reunião com os governadores do Sudeste (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo) para buscar a integração de forças policiais para enfrentamento do crime com a pretensão de programar uma série de operações policiais integradas. Os policiais mais experientes sabem que programas de grandiosas operações policiais costumam ocorrer quando uma autoridade do setor está sob pressão e não sabe o que fazer. Seria mais barato fazer malabarismo com bolinhas na esquina. Esse é o retrato de um governo perdido com o problema da segurança, fazendo malabarismo para a grande plateia que sofre a violência em padrões similares a alguns países caribenhos de quinta categoria em eficiência de suas instituições na resposta às demandas sociais críticas como a segurança. Por todos os indicadores, das promessas vãs ao varejo de falsas soluções e à falta de clara prioridade para a segurança pública, nós teremos mais um ano de recorde de violência ao custo estimado – segundo o IPEA – em mais de R\$ 250 bilhões. Daqui a quatro anos, teremos somados quase 500 mil mortes violentas ao custo de R\$ 1 trilhão.

Revista FENAVIST – Ao mesmo tempo, a atual Secretária Nacional de Segurança vai à imprensa dizer que “é preciso controlar a polícia” e pregar a desmilitarização das Polícias Militares. Qual a sua opinião sobre esses temas?

José Vicente da Silva - A lei 12.528 de 2011, que criou a Comissão Nacional da Verdade, previa que seus integrantes encerrassem os trabalhos com propostas para a “adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional”. O extenso relatório entregue pela Comissão fez, dentre as 29 recomendações, a proposta de desmilitarização das polícias militares. Ora qual a relação dessa recomendação com o fundamento da lei que criou a dita comissão?

A Polícia Militar seria uma instituição violadora de direitos



humanos? Tiveram as polícias militares papel decisivo como órgãos de repressão a opositores nos governos militares?

A adoção de estrutura e disciplina militar no meio policial não é inovação brasileira; já existe há muito tempo na histórica Gendarmerie francesa com efetivo semelhante à da PM paulista, mas com 60 generais. Polícias como os carabinieri italianos, a Guarda Civil espanhola, que apesar do nome é fortemente militarizada, e os nossos vizinhos carabinieri do Chile, que é instituição mais respeitada do país.

Mesmo polícias com poucas designações militares como as de Nova York ou Londres adotam a estética e a disciplina militar e o fazem por algumas razões fundamentais: em um trabalho de alto risco, onde não faltam tensões e tentações, o controle da atividade policial só é possível com muita disciplina e atenção a valores críticos como integridade, desprendimento e senso de sacrifício ao interesse público. Os argumentos simplórios de desmilitarização das polícias não trazem qualquer proposta de como seria essa nova corporação.

Como ficariam a estrutura e a hierarquia? Como seriam melhorados o desempenho e o controle dessa polícia sem a estrutura militar? Como fundamentar a disciplina: seria semelhante às polícias civis e federais? Proposta mal fundamentada é uma das tantas distorções que ocorrem quando a racionalidade das análises é comprometida por desinformação e ranços ideológicos.

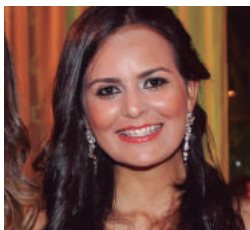
Uma estrepitosa minoria de intelectuais de esquerda tem procurado sistematicamente desconsiderar as polícias militares e desprestigiar as forças armadas, o que somente poderia ser explicado por um mal resolvido problema psicológico com os governos militares, cujo ciclo se encerrou há quase 30 anos.

Curioso que, enquanto o governo federal manda tropas do Exército ao Rio de Janeiro para fazer, indevidamente, o trabalho de policiais, alguns de seus apoiadores pregam a desmilitarização das PM's.

Revista FENAVIST – O que poderia ser feito para melhorar a situação de insegurança que a sociedade brasileira vive?

José Vicente da Silva - O Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgou dados de estatística da segurança no Brasil em 2013, destacando-se os dados relativos à violência máxima, os crimes de homicídios, que chegaram às 53.646 vítimas em 2013, correspondendo à média de 6,6 mortos por hora no país. Nossa estrutura de controle criminal é caótica, os principais instrumentos são precários e ineficientes como a base jurídica criminal com o código de processo penal de 1941 que aguarda infindável reforma, progressão de pena com critérios frouxos que liberam um assaltante em pouco mais de um ano de pena, bondades legislativas que agora não permitem a prisão de uma pessoa por porte ilegal de arma ou por receptação que estimulam os ladrões que infernizam nossas ruas. O governo federal poderia propor a proibição de contingenciar os magros recursos destinados ao fomento das polícias e a amenizar a crueldade a que estão submetidos os presos em nossos currais penitenciários. Estima-se que durante os três primeiros anos do governo Dilma Rousseff foram gastos apenas 35% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e 10% do Fundo Penitenciário Nacional. Se quase nada foi feito no primeiro mandato para amenizar essa tragédia nacional, por que faria nos próximos quatro anos? Sem prioridade declarada, a guerra brasileira vai continuar.

Segurança Privada e a Aposentadoria Especial



Soraya Cardoso Santos

Assistente Jurídico da FENAVIST



A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), após a publicação da Lei nº 12.740 de 8 de dezembro de 2012, especificamente, em seu artigo 193, incluiu em seu texto que “são consideradas atividades ou operações perigosas, aquelas que, por sua natureza ou método de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a roubos e/ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial”.

Desta forma, alguns têm defendido que o dispositivo supracitado, por si só, comprova a necessidade do reconhecimento do direito à aposentadoria especial em favor dos vigilantes, o que não encontra amparo legal, tampouco, jurisprudencial nas Cortes Superiores.

É importante destacar que, em atenção ao Decreto nº 53.831, de 25 de março de 1964, por equiparação, as atividades do vigilante eram presumidamente perigosas para fins do reconhecimento do direito à aposentadoria especial, caso houvesse o uso da arma de fogo.

Em 1995, foi publicada a Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, tornando indispensável à comprovação da exposição do trabalhador aos agentes insalubres, penosos e perigosos, de forma habitual e permanente, mediante apresentação de formulários específicos.

Em 1997, foi publicado o Decreto nº 2.172, de 05 de março de 1997, que afastou a exposição à atividade penosa ou perigosa como causa de reconhecimento da aposentadoria especial.

No entanto, o extinto Tribunal Federal de Recursos, consolidou seu entendimento no sentido de que o rol que expõe as hipóteses de cabimento da aposentadoria especial não é taxativo, ou seja, meramente exemplificativo, nos termos da Súmula nº 198 “atendidos os demais requisitos, é devida a aposentadoria especial, se perícia judicial constata que a atividade exercida pelo segurado é perigosa, insalubre ou penosa, mesmo não inscrita em Regulamento”.

Desta maneira, o Ministro Herman Benjamim do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o Recurso Especial nº 1.306.113/SC, embora o Tribunal supracitado tenha sido extinto, aplicou a Súmula acima transcrita, reconhecendo a periculosidade da profissão de eletricitista, cujos fundamentos vinham sendo apontados, também, para a concessão do benefício aos vigilantes.

Por seu turno, é importante salientar que, recentemente (04/12/2014), os ministros do Supremo Tribunal Federal, ao

julgar o ARE 664335 RE, vencido o ministro Marco Aurélio, entendeu que o “direito à aposentadoria especial pressupõe a efetiva exposição do trabalhador a agente nocivo a sua saúde, de modo que se o Equipamento de Proteção Individual (EPI) for realmente capaz de neutralizar a nocividade, não haverá respaldo à concessão constitucional de aposentadoria especial”, exceto quando o trabalhador foi submetido a ruído acima dos limites traçados pela legislação.

Assim, é importante se atentar que se considera Equipamento de Proteção Individual todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.

Nessa esteira, insta esclarecer que, nos termos da Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego nº 6, especificamente, em seu Anexo I, item E.2, prevê como Equipamento de Proteção Individual o “colete à prova de balas de uso permitido para vigilantes que trabalhem portando arma de fogo, para proteção do tronco contra riscos de origem mecânica”.

Desta maneira, se depreende da citada decisão da Suprema Corte, que o uso devido dos equipamentos de proteção individual (coletes balísticos, regulamentados pela Portaria nº 191, de 04 de dezembro de 2009; capacetes, botas, óculos, cintos especiais, nas hipóteses previstas no artigo 152 da Portaria DPF nº 3233 de 10 de dezembro de 2012; entre outros), se comprovada sua efetividade por laudo pericial, pode afastar à possibilidade da concessão do benefício da aposentadoria especial em favor dos vigilantes, o que demonstra a importância do fornecimento dos equipamentos de proteção individual aos vigilantes.

Aliás, é oportuno se esclarecer que a falta de fornecimento dos equipamentos de proteção individual implica na fixação de multa no valor de 500 (quinhentas) a 1.250 (um mil, duzentas e cinquenta) UFIR, conforme dispõe o artigo 169 da Portaria DPF nº 3233 de 10 de dezembro de 2012.

É imperioso observar, também, que, embora o acórdão do Supremo Tribunal Federal não mencione os Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), são produtos e dispositivos (extintores, sinalizadores de incêndios, alarmes, placas sinalizadoras, ventilação no ambiente de trabalho, dentre outros) que, também, almejam proteger a saúde e segurança dos trabalhadores. Dessa forma, comprovada a efetividade do uso de equipamentos coletivos, assim como o uso dos equipamentos de segurança individuais, pode se inibir o deferimento da aposentadoria especial ao vigilante.

Ademais, é importante ressaltar, que tramita no Senado Federal o Projeto de Lei nº 58/2014, de autoria do Senador Paulo Paim (PT-RS), que garante que o fornecimento de equipamento de proteção individual (EPI) não descaracteriza as condições prejudiciais à saúde ou à integridade física que justificam a aposentadoria especial, cujo objetivo é alterar a Lei nº 8.213/91, que trata sobre o benefício em discussão.

No entanto, até que haja a aprovação do Projeto de Lei supramencionado, se entende que o uso devido dos equipamentos de proteção individuais e coletivos, exceto quando o trabalhador for exposto a ruídos acima dos limites fixados pela lei, se comprovada a sua efetividade através de laudo pericial, pode afastar à concessão da aposentadoria especial em favor de qualquer categoria trabalhista, inclusive, a dos vigilantes, um dos motivos pelo qual a Federação Nacional das Empresas de Segurança Privada e Transporte de Valores – FENAVIST incentiva que as empresas de segurança privada atendam à exigência legal.

Bibliografia

IRRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário, 17ª Edição, Editora Impetrus, São Paulo, 2014.

SOUZA, Peterson de. Insalubridade, Periculosidade e Penosidade Previdenciária, Editora Imperium Editora e Distribuidora, Rio de Janeiro/RJ, 2014.

CARVALO WLADIMIR SKAF, Prática Forense Previdenciária, Editora Cronus, São Paulo, SP 2014.

RIBEIRO, Maria Helena Carreira Alvim. Aposentadoria Especial, 5ª Edição, 2013, p. 391.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, capítulo II.

BRASIL. Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT).

STF - ARE: 664335 RE, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 04/12/2014, Data de Publicação: DJe-171 DIVULG 17/12/2014 PUBLIC 18/12/2014.

STJ - RESP: 1306113, Relator: Min. Herman Benjamin, Data de Julgamento: 14/11/2012, Data de Publicação: 15/11/2012.

RODRIGUES, Romildo. A atividade do vigilante e a aposentadoria especial. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/26695/a-atividade-de-vigilante-e-a-aposentadoria-especial>>. Acesso em 04/11/2014.

FARIAS, Leone. Vigilante armado tem grande chance de obter aposentadoria especial. Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/Noticia/514430/vigilante-armado-tem-grande-chance-de-obter-aposentadoria-especial?referencia=buscas-lista>>. Acesso em 10/12/2014.

Salário mínimo será de R\$ 790 a partir de janeiro



Mais de 48 milhões de brasileiros que recebem o piso vão ter reajuste de 9,11%

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso aprovou novo valor para 2015, que beneficiará 48 milhões de pessoas que têm renda vinculada ao piso nacional, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Entre eles, mais de 21 milhões de aposentados e pensionistas do INSS que ganham o mínimo. O aumento será de 9,11% sobre R\$ 740.

Os impactos para empresas das mudanças do auxílio doença e seguro desemprego

A partir de agora os empresários terão que arcar com 30 dias de auxílio doença de seus trabalhadores e não mais 15 como ocorrem atualmente

A partir de março deste ano haverá mudanças na legislação trabalhista que terão fortes impactos na vida das empresas e trabalhadores. Para as empresas a alteração que terá maior impacto será a que modifica os prazos do auxílio doença. A partir de agora os empresários terão que arcar com 30 dias de auxílio doença de seus trabalhadores e não mais 15 como ocorrem atualmente. Isso aumentará consideravelmente os gastos com esses trabalhadores.

Já para os trabalhadores, terá grande impacto a mudança do seguro desemprego que aumenta o prazo para começar a receber o benefício de seis para dezoito meses para quem requisita o benefício pela primeira vez.

Segundo o consultor trabalhista da Confirp Consultoria Contábil, Daniel Raimundo dos Santos, essas mudanças devem ser analisadas isoladamente por parte das empresas. “A medida que altera o prazo do auxílio doença é bastante prejudicial

para os empresários, pois, aumentará consideravelmente os gastos. É compreensível que o INSS queira reduzir seus custos, mas fazer isso à custa do empregador é trabalhar contra o crescimento da economia nacional”.

“Em relação ao seguro desemprego, pode ser que tenha um resultado positivo, pois serve para inibir os empregados de receber o Seguro Desemprego, incentivando-os a permanecer empregados ou, caso estejam em situação de desligamento, que busquem logo uma nova oportunidade, ao invés de esperar do governo o auxílio do seguro desemprego. Enfim, o objetivo é evitar o pagamento indevido do benefício, reduzindo o desembolso do Governo”, conta o consultor da Confirp.

Saiba mais sobre auxílio doença

Com a nova redação dada pela Medida Provisória nº 664, o empregado que se afastar por mais de 30 dias, receberá pela empresa o salário destes 30 primeiros dias e a partir do 31º dia ficará por conta da Previdência Social. Anteriormente a regra era dos 15 dias primeiros e a partir do 16º dia seria pago pela Previdência Social.



Projeto prevê compensação de indenização por acidente de trabalho

A Câmara analisa projeto que autoriza a empresa a compensar da indenização a que foi condenada, decorrente de acidente de trabalho, o valor pago ao empregado a título de seguro de vida ou de acidentes pessoais (PL 7782/14). Pela proposta, do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), a compensação só é possível desde que o pagamento das parcelas do seguro tenha sido feito exclusivamente pelo empregador. Atualmente, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT – Decreto-lei 5.452/43) não prevê a compensação de indenização em razão de acidente de trabalho. A compensação pode ser entendida como receber um valor e devolver outro.

SAT

O Seguro contra Acidentes de Trabalho (SAT), a cargo da empresa, é direito de todos os trabalhadores e consiste na contribuição do empregador à Previdência Social, paga na forma de percentual sobre a remuneração, conforme o risco da atividade. Se um empregado sofre um acidente de trabalho, que provoque redução ou perda de sua capacidade laboral, independente de culpa, o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) deve indenizar a vítima com o pagamento de uma renda mensal de benefício – auxílio-doença acidentário, aposentadoria por invalidez acidentária, auxílio acidente, etc. O benefício do SAT, no entanto, não cobre e nem exclui indenizações por danos materiais, morais e estéticos.



Seguro de vida

Já o seguro de vida ou seguro de acidentes pessoais para os empregados pode se tornar obrigatório em razão de norma coletiva ou contrato de trabalho e pode ser dividida com seguradoras privadas.

Para suportar as altas indenizações que são fixadas nas ações movidas pelos empregados acidentados, algumas empresas contratam seguro, cujo valor pago pela seguradora pode ser compensado com aquele fixado pelo juiz.

A compensação de valores é permitida porque o objetivo do seguro contratado pela empresa se destina justamente para fazer frente a tais indenizações devidas pelo empregador. Para o deputado, a jurisprudência de tribunais trabalhistas já prevê essa compensação, caso esta tenha pago o seguro contra acidentes

de trabalho, uma vez que possuem a mesma fonte pagadora e a mesma finalidade. “A dedução não somente evita o enriquecimento ilícito do reclamante, como se trata de estímulo para que as empresas se cerquem de garantias para proteção do empregado submetido a situações de risco no trabalho”, explicou o parlamentar.

Tramitação

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será arquivado pela Mesa Diretora no dia 31 de janeiro, por causa do fim da legislatura. Porém, como o seu autor foi reeleito, ele poderá desarquivá-lo. Nesse caso, o texto, que tramita em caráter conclusivo, será analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Fonte: Agência Câmara

Experiência a Serviço da Segurança Privada



Paulo Fernando Lacerda

Com toda experiência adquirida há mais de 30 anos em sua atuação de Delegado na Polícia Federal, Paulo Lacerda passa a ocupar o cargo de Diretor Executivo da Fenavist para somar na entidade. Sua primeira atuação no setor de segurança privada foi em julho de 2011, quando deixou a função pública e começou a prestar serviços de consultoria para as entidades patronais ABREVIS, ABSESP e SESVESP.

Desde então, tem trabalhado para influir positivamente nos rumos da vida política, econômica e social do nosso País, em particular voltado aos interesses do próprio segmento empresarial, mas também em benefício da sociedade como um todo. Ao analisar o futuro do segmento, Paulo Lacerda defende o diálogo e o bom senso de todas as lideranças sindicais, em âmbito nacional, propiciando condições de revigorar a força da entidade, permitindo elevar a representatividade da classe empresarial da segurança privada.

Paulo Lacerda aponta desafios para a entidade: “as medidas para resolver vários problemas estruturais históricos no nosso País não serão resolvidos apenas pela iniciativa isolada por parte da entidade de classe que o representa, mas o esforço conjunto de todo o empresariado brasileiro junto às forças políticas nacionais. Vamos trabalhar para avançar na discussão de temas sensíveis como a flexibilização das regras trabalhistas; a desoneração tributária; a falta de isenção da Justiça do Trabalho; o excesso de regulação de atividades pelo Estado; e maior transparência e desburocratização da máquina estatal”.



Autair Iuga

O empresário paulistano é praticamente o nome da Escolta Armada no Brasil. Presidente do SEMEESP - Sindicato das

Empresas de Escolta do Estado de São Paulo, tem contribuído muito para o crescimento do setor. Conhece com muita experiência o dia a dia, as dificuldades, os erros e, principalmente, os acertos desse mercado tão complexo. Para atuar nessa área, além dos conhecimentos de segurança privada, é preciso ter conhecimento em GENTE. Gente que dirige caminhão, gente que assalta caminhão, e gente que protege caminhão. É preciso antever todos os percalços a que está sujeita uma carga e se antecipar às ocorrências. E são essas experiências que o empresário coleciona.

Foi Sargento da Polícia Militar de São Paulo, atuou na RO-CAM e de tanto amar seu trabalho, ele e um amigo de farda, Antonio Mattos, fundaram a MACOR, em 1995, e desde então tem defendido o mercado de escolta com empenho, sendo autor da Cartilha Nacional de Escolta Armada e Segurança Pessoal Privada. Hoje é Vice-Presidente da FENAVIST, Diretor de Escolta do SESVESP, e Diretor de Escolta Armada da ABREVIS.

Autodenomina-se “coleccionador de amigos” e faz questão de tratar todas as pessoas com a mesma deferência. Não é à toa que o SEMEESP cresce a cada dia, agregando até empresas que nunca haviam se associado a nenhuma entidade representativa. “A união empresarial e organização se mostra uma das ferramentas mais importantes para que, em discussões francas e objetivas, nos levem ao sucesso cada vez mais justo”.

XXVI Encontro do GEASSEG

Nos dias 30 e 31 de outubro de 2014, em Porto de Galinhas - Recife/PE, a Federação Nacional de Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) e a Federação Nacional das Empresas de Serviços e Limpeza Ambiental (Febrac) realizaram o XXVI Encontro dos Executivos dos Sindicatos de Empresas de Asseio e Segurança (GEASSEG).

O evento reuniu os executivos dos Sindicatos Estaduais filiados às entidades com o objetivo de discutir ações sobre prestação de serviços, melhorar as linhas de ação do Grupo e a qualificação profissional das entidades patronais, bem como aprimorar as relações entre os diversos executivos de cada estado. A Superintendente da FENAVIST, Ana Paula Queiroga participou do evento.

GEASSEG

Ação pró-ativa da FENAVIST e da FEBRAC, o Grupo de Executivos dos Sindicatos de Asseio e Segurança foi criado com a finalidade de promover a absorção de novos conhecimentos, prospecção de serviços e intercâmbio de informações e ideias, de forma a incrementar a capacidade gestora de prestação de serviços das entidades, viabilizando um aumento do associativismo e de receita sindical.

O GEASSEG já foi responsável por diversos trabalhos, como por exemplo: ações contra cooperativas de mão-de-obra; modelo de reequilíbrio econômico-financeiro (ação judicial); novas técnicas de arrecadação sindical; manual de normas e procedimentos de rotinas sindicais; palestras de excelência no atendimento; cartilha ao tomador de serviços; estudo sobre a reforma sindical e do projeto de lei sobre terceirização de serviços; ações concretas e com êxito contra o modelo de licitação chamado pregão eletrônico; entre outros assuntos.



O grupo foi criado com a finalidade de promover a absorção de novos conhecimentos, prospecção de serviços e intercâmbio de informações e ideias





Sindesp-PR promove ação integrada para legalizar segurança em bares e casas noturnas

Para evitar a disseminação de empresas de segurança irregulares, o SINDESP-PR (Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Paraná) lançou o Selo Segurança Legal, um atestado para os estabelecimentos que adotarem os procedimentos legais e corretos referentes à segurança. A proposta foi apresentada à Secretaria de Segurança Pública do Paraná e à Associação Brasileira de Bares e Casas Noturnas (ABRABAR-PR) e à Associação Brasileira de Bares, Restaurantes e alimentação fora do Lar (ABRASEL-PR) que apoiaram a iniciativa.

De acordo com o presidente do SINDESP-PR, Jeferson Nazário, a iniciativa em desenvolver o selo teve como objetivo esclarecer aos estabelecimentos sobre os riscos e consequências ao contratar serviços irregulares e ilegais. Além disso, é uma ferramenta que vai orientar visualmente ao público garantindo que naquele local existe uma equipe de segurança autorizada pela Polícia Federal. “Queremos esclarecer que cada estabelecimento é responsável pela segurança do seu ambiente e os empresários precisam saber que existe uma legislação que trata sobre o assunto”, explica Nazário.



SINDESP-SC comemora 25 anos de existência



O Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Santa Catarina viveu, em 2014, um tempo de festa. A comemoração pelos 25 anos de excelentes serviços prestados ao segmento e à sociedade catarinense teve como ponto alto um jantar que reuniu empresários filiados, funcionários e parceiros do SINDESP-SC.



Comitê de Estudos Jurídicos do SINDESP-MG em ação



O SINDESP-MG realizou, no dia 13 de outubro, uma reunião CEJUR - Comitê de Estudos Jurídicos, cujo tema foi “Segurança de Vida em Grupo”. Especialistas da Mezzo Planejamento tiraram dúvidas do público presente.

A mesa de debates foi composta pelo Diretor e Assessor para Assuntos Jurídicos do SINDESP-MG, Gustavo Lelis. Também esteve presente ao evento, Jacymar Dalcamini, Vice-Presidente para Assuntos Jurídicos da FENAVIST.



Sindesp-GO realiza leilão para ajudar a APAE de Aparecida de Goiânia-GO



A exemplo dos anos anteriores, o Sindesp-GO, em parceria com o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Urbana e Terceirização de Serviços do Estado de Goiás (Seac-GO), contou com a ajuda de associados e colaboradores para realizar o leilão solidário “Ato de Cidadania”. Ação recebeu doações de alimentos e material de limpeza e conservação que foram repassados para Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Aparecida de Goiânia-GO, que cuida de pessoas excepcionais.



SESVESP promove debate “Cooperação Entre Segurança Privada e Segurança pública”

A Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo e o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado - Sesvesp promoveram, no último dia 12 de novembro, o debate “Cooperação entre a Segurança Privada e Segurança Pública - Desafios e Perspectivas”, consolidando a integração entre governo e mercado por meio de parceria iniciada em abril para o Detecta - programa do governo que usa sistemas inteligentes de monitoramento de crimes por meio de tecnologia de ponta nas ações de patrulhamento, investigação, planejamento de combate e identificação de delitos.

Ao final do seminário, o promotor público e assessor da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo Fábio Ramazzini Bechara, ressaltou a solidez da parceria, afirmando que “todos os fantasmas foram afastados, não há mais mitos ou lendas”.



Sindesp-SE realiza Simpósio da Segurança Privada em Aracaju



Foi realizado no dia 5 de dezembro, no Hotel Radisson, em Aracaju-SE, para convidados e associados da entidade o Simpósio “As Relações da Segurança Privada e Pública após a Copa do Mundo”.

O evento reuniu representantes de empresas de segurança privada e profissionais da segurança pública e teve como palestrantes o Gerente Geral de Segurança do Comitê Organizador da Copa da FIFA no Brasil, José Hilário Medeiros; o presidente da Fenavist, Jeferson Furlan Nazário; e o Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Sergipe, coronel Maurício da Cunha Iunes.



EXPOSEC

XVIII INTERNATIONAL SECURITY FAIR

www.exposec.tmp.br



A MAIOR FEIRA DE SEGURANÇA
DA AMÉRICA LATINA ESTÁ
PRONTA PARA SUA PARTICIPAÇÃO

MARQUE NA SUA AGENDA:

12 A 14 DE MAIO DE 2015 – 13H ÀS 20H30

Para expor ligue: (11) 5585.4355 – comercial@fieramilano.com.br



Informações

Realização



Organização



 facebook.com/exposecbrasil

Apoio



Mídia Oficial



TRANSPORTE GRATUITO - Estação Metrô Jabaquara, saída das vans na Rua Nelson Fernandes, 400 - Horário: das 12h00 às 21h30

**PROSEGUR CHEGOU A RORAIMA.
A ÚNICA EMPRESA DE SEGURANÇA
PRIVADA PRESENTE EM TODO O BRASIL.**

CRUPONOV/istockphoto

Prosegur, maior empresa de segurança privada do Brasil, e que passou a ser a primeira e a atuar em todo território nacional, agora está presente também no Estado de Roraima. Com mais de 53 mil colaboradores e as mais avançadas tecnologias, a Prosegur pode oferecer os melhores e mais completos serviços de segurança, com soluções sob medida, para todos os tipos de cliente. Cada vez mais você pode contar com a Prosegur e ficar tranquilo.



PROSEGUR

[f /prosegur.brasil](https://www.prosegur.com.br) [@prosegur_BR](https://www.prosegur.com.br) www.prosegur.com.br

